

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16022 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 17 - Educação Ambiental

A ETNOGRAFIA DE REDES DE INFLUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Priscila Cortes Ramos - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense_Campus Camboriú

Evelisa Meirinho Lima - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense_Campus Camboriú

Idorlene da Silva Hoepers - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado Santa Catarina (FAPESC)

A ETNOGRAFIA DE REDES DE INFLUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

RESUMO: O presente estudo em desenvolvimento, propõe discutir o uso da etnografia de redes de influências a partir da teorização de Stephen J. Ball, como possibilidade de compreensão das forças que determinam a produção dos documentos elaborados para a Política Nacional de Educação Ambiental. A pesquisa bibliográfica e documental está sendo produzida no Mestrado em Educação, do Instituto Federal Catarinense (IFC) - campus Camboriú, apresenta critérios de análise qualitativa analítica descritiva de documentos normativos nacionais e documentos internacionais orientadores para a educação ambiental brasileira, problematizando os interesses intrínsecos das políticas, vinculados ao imaginário neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia. Redes de Influências. Educação Ambiental.

A Educação Ambiental (EA), como ferramenta de mudança comportamental, passou a ser vinculada às leis brasileiras na década de 1980, pelo estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/1981. Somente em 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), passou a ser considerada documento independente, instituída sob a Lei de nº 9.795/1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002. A partir da compreensão de que essas leis foram criadas num contexto de globalização, percebe-se a existência de uma complexa intencionalidade neoliberal. Conforme Ball, esse contexto influi em “[...] um conjunto de práticas, relações e formas de organização que são discursivamente constituídas como econômicas, [...] é um nexo de interesse comum entre as várias formas de capital e de Estado contemporâneos” (2022, p. 26).

Considerando esses fatores, para Trein (2008) a educação ambiental necessita ser

ministrada na perspectiva crítica, analisando o sistema capitalista, as contradições que engendram o processo social, limites de recursos naturais e os subterfúgios utilizados pela ideologia dominante para ocultar essa realidade. Um sistema permeado pela “[...] exclusão social, na exploração da classe trabalhadora, na destruição da natureza e na mercantilização de todos os elementos da natureza e das dimensões sociais e culturais das relações humanas” (Trein, 2008, p. 43). Loureiro (2012), levanta questões que colocam a educação como meio ideológico de reprodução e naturalização das relações sociais vigentes, além de valorizar o individualismo, focalizando nas mudanças comportamentais e negando uma educação emancipatória e reflexiva.

Ao discutir políticas públicas, Ball (2022), menciona que uma das formas de estudá-las com criticidade, revelando intenções reais, é a compreensão de que a educação tem sido vista como mercado educacional, na qual é percebida uma ingerência cada vez maior da iniciativa privada e de instituições internacionais. Para organizar os estudos, o autor utiliza o método de etnografia de redes, como um dispositivo analítico, identificando e investigando a construção, manutenção e evolução das redes de políticas e relações de governança nas políticas educacionais (Avelar, 2017).

É importante lembrar que na década de 1990, as políticas públicas brasileiras, em especial as educacionais, sofreram com as reformas de Estado, devido à crise mundial do sistema capitalista. Gentili (1996), menciona que a necessidade de implementar as medidas neoliberais que promoviam eficiência, flexibilidade e eficácia na qualidade do ensino, torna a educação instrumento ideológico de manipulação sobre as classes trabalhadoras, e através das relações de poder e reprodução de desigualdades sociais, perpetuando a manutenção desse sistema. No cenário político brasileiro deste período, destacamos o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, pelo Congresso Nacional, o qual oportunizou que seu vice, Itamar Franco assumisse a presidência até 1995 quando aconteceu novas eleições, transferindo o cargo para Fernando Henrique Cardoso.

Os governos dos três presidentes citados, apresentavam posicionamento que favorecia o empresariado brasileiro. Segundo Leite (2015, p. 313) esse período, “[...] foi fundamentalmente uma década de ortodoxia liberal no Brasil, apostando-se na lógica do mercado como dispositivo regulador da sociedade”, resultando na diminuição do papel do Estado, na abertura para o mercado privado nacional e internacional, transformando a sociedade pautada anteriormente na cooperação e coletividade para um novo modelo voltado à concorrência e individualidade. Foi nesse contexto da década de 1990, que as organizações corporativas demonstraram, mais enfaticamente, interesse em realizar Parcerias Público-

Privado (PPP). Neste sentido, o método de análise do mapeamento das redes políticas, desenvolvido por Ball (2022), pode revelar outros olhares para as intencionalidades dessas parcerias.

A proposta da etnografia de redes que vem sendo utilizada nesta pesquisa se propõe a identificar os grupos e os autores envolvidos em redes políticas problematizando as conexões que as constituem, marcando as transações realizadas, motivações, discursos e recursos. Posteriormente, para ilustrar o mapeamento serão utilizados softwares como o Gephi, que facilita visualizar esses vínculos entre grupos diversos, representando fluxos e relações.

Conforme sinalizado, a década de 1990 foi um celeiro historicamente situado que, entre outras políticas, materializou a Política Nacional de Educação Ambiental, sancionada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e fruto de encontros ambientais internacionais ocorridos a partir da década de 1970, em especial a Rio 92. O documento mais importante do evento foi a Agenda 21, assinado pelos representantes de 179 países, resultando em metas de curto, médio e longo prazo, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Vale destacar que o termo desenvolvimento sustentável une palavras antagônicas, pois os modelos econômicos atuais associados ao crescimento são vistos como insustentáveis (Loureiro, 2012).

No documento original da PNEA, além do presidente em exercício, constam as assinaturas do Ministro da Educação Paulo Renato Souza, economista e ex-funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, pertencente a uma longa linhagem oligárquica. Gustavo Krause, político formado nos moldes da ditadura militar, era responsável pela pasta do meio ambiente até janeiro de 1999 (Leite, 2015). Além destes, certamente, no decorrer da pesquisa identificaremos outros nomes influentes.

Sobre esse cenário de representantes governamentais, Leite (2015, p. 314) enfatiza as “[...] estreitas ligações, nessa condição, com a pauta político-ideológica das organizações internacionais”, articulando condições que favoreceram influências de instituições como a UNESCO e o Banco Mundial nas formulações governamentais, orientações e recomendações de políticas educacionais. Noma (2010), pontua que o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, serve de laboratório de ideias para o estabelecimento de padrões e valores comportamentais e que objetivam a conformação social. Nesse caso, a UNESCO estabelece autoridade através de acordos de cooperação técnica, inclusive favorecendo a parceria com instituições privadas.

Ponderar sobre o movimento de reflexão crítica acerca da análise de documentos como a PNEA, nos proporciona desvelar as intencionalidades para além dos discursos de sustentabilidade favorecidos pela educação ambiental, indo de encontro aos interesses do capital. Fica claro que as políticas educacionais instituídas pelo Estado, que não é uma instituição neutra, sofrem diversas interferências como as geradas pelo processo de globalização. Os desdobramentos que se articulam nas redes políticas estão em constantes modificações, desta forma, as produções de conhecimento científico desta temática necessitam de aprofundamento para dar continuidade às reflexões e debates.

REFERÊNCIAS

AVELAR, M. Interview with Stephen J. Ball: analysing his contribution to education policy research. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, n. 24, p. 1- 15, 29 fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.24.2368>.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2022.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

LEITE, Ivonaldo. História, educação ambiental e políticas: uma retrospectiva da realidade brasileira e uma abordagem sobre os seus desafios. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 63, p. 306–319, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i63.8641186. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641186>. Acesso em: 11 jul. 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

NOMA, Amélia Kimiko. UNESCO e educação no Brasil a partir da década de 1990: percursos de uma pesquisa coletiva. **Cadernos de Pesquisa:** pensamento educacional. Curitiba: UTP. v. 5, n. 11, p. 54-73. mai/ago. 2010. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq11/4_unesco_educacao_cp11.pdf. Acesso em: 02 mai. 2024.

TREIN, Eunice. A perspectiva crítica e emancipatória da educação ambiental. **Salto para o Futuro**, v. 1, p. 41-45. 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20> Acesso em: 10 mai. 2024.